Região Metropolitana não existe nem no papel (I)

26/09/2013

Os primeiros nove meses de 2013 praticamente já expiraram e nenhuma medida concreta sobre a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) foi tomada. Parece que, caso algo seja anunciado, será em 2014, ano de eleição e de intensas visitas de candidatos ao município. Com os candidatos, vem junto as inevitáveis promessas de melhorias. Depois de apurado o último voto, mergulha-se novamente no descaso habitual. É o que sempre aconteceu.

Em 2011 não houve eleição, mas a aprovação do projeto de lei instituindo a RMFS teve pompa e circunstância. Começou com a realização de uma sessão itinerante da Assembleia Legislativa no município, em junho daquele ano. Sob discursos entusiasmados, o projeto foi aprovado e encaminhado para sanção. Mas ficou só nisso: dois anos e três meses depois, a situação permanece a mesma.

O pior de tudo é que nem sequer se pode afirmar que a RMFS não saiu do papel: ela sequer foi lançada no papel. Aprovou-se o projeto de lei instituindo-a e só. Sequer se esboçou o projeto da agência que, formalmente, tem a função de captar e aplicar os recursos nos seis municípios integrantes (além da Feira de Santana, compõem a RMFS São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Amélia Rodrigues, Conceição da Feira e Conceição do Jacuípe).

Sem esse primeiro passo, ninguém fala com autoridade sobre a RMFS: as articulações para concretizá-la ficam inviabilizadas, já que falta respaldo político a eventuais atores interessados em implementá-la; medidas concretas de integração dos municípios tornam-se ainda mais difíceis, em função do mesmo problema. E por aí se vai.

Esvaziar discurso

A aprovação da proposta, pelo visto, teve mais o propósito de esvaziar o discurso reiterado da oposição que, propriamente, tornar a RMFS uma realidade. Nada explica e nada justifica tamanha inércia, depois de dois anos. Com certeza novas medidas serão anunciadas em 2014, já no período eleitoral, para engambelar o já escaldado eleitor feirense.

Note-se que a RMFS é fundamental para a Feira de Santana e os municípios que a compõem. Oportunidades de maior crescimento econômico e de desenvolvimento social se colocam com a iniciativa, como a integração do sistema de transportes atualmente existente, com tarifas mais acessíveis para a população e transporte de melhor qualidade.

Outro tema que exigiria uma articulação intermunicipal em busca de soluções comuns é a limpeza pública, particularmente para a Feira de Santana, que hoje convive com um lixão travestido de aterro sanitário que, conforme se noticia com frequência, já esgotou suas possibilidades de utilização.

Adiamento

O impulso inicial para a Região Metropolitana de Feira de Santana, no entanto, não se desenha no curto prazo. Afinal, a oposição vocifera e a imprensa repercute notícias nada animadoras sobre a crise financeira que o Governo do Estado enfrenta. Num cenário de restrições, parece óbvio que o mais urgente é a adoção de medidas amargas para conter a crise e sustentar o funcionamento daquilo que é essencial, com a saúde e a educação. É o que o bom senso recomenda.

Retomar a efetivação da RMFS, portanto, parece coisa para 2015, no mínimo. Isso se novos e furiosos golpes de barriga, lá adiante, não retardarem ainda mais a discussão. O fato é que a Feira de Santana não pode mais continuar crescendo sem o mínimo de planejamento. A existência de uma Região Metropolitana, com a necessidade de adoção de decisões coordenadas, representa um estímulo formidável, que não pode ser perdido.

Feira de Santana tornou-se a grande metrópole sertaneja que conhecemos em função de dois grandes impulsos na segunda metade do século XX: o adensamento do modal rodoviário no seu entorno e a implantação de dezenas de unidades industriais sob a orientação estratégica do governo.

Mas isso é tema para um próximo artigo...

André Pomponet é jornalista e economista

André Pomponet

LEIA MAIS